

Habitacão

PROPOSTA DE PLANO DE GOVERNO



ELEIÇÕES 2004

SÍNTESE DAS PROPOSTAS DO PROGRAMA DE GOVERNO

Coligação Tá na Hora, Curitiba!

VANHONI – PREFEITO

Dr. NIZAN – VICE

PT – PMDB – PTB – PCB – PCdoB – PSC

Primavera 2004



Ficha Técnica

Coligação Tá na Hora, Curitiba!

Partidos: PT, PMDB, PTB, PCdoB, PCB e PSC

Angelo Vanhoni, candidato a Prefeito

Nizan Pereira, candidato a Vice

Coordenação Geral de Campanha

Maurício Requião

Coordenação de Programa de Governo

Marcos Cordioli

Coordenação Adjunta de Programa de Governo

Thelma Alves de Oliveira

Malu Mazza

Elton Barz

José Daniel de Faria (Jacaré)

Gilmar Piolla

Assessoria da Coordenação de Programa de Governo

Carlão Kaspchak

Octavio Camargo

Hidelbrando Mota de Oliveira

Mauricio Ribas

Ana Carolina Caldas

Assessoria Técnica

Maria Eduarda Prata

Marise Manoel

Gilson Luccas

Serli Andrade

Raquel Bragato

Zélia Perdigão

Rodrigo Werneck

Giceli Camargo

Bureau de Vez (Editoração)

Este documento é resultado da elaboração coletiva e representa uma posição provisória. Esta versão está aberta ao debate público, podendo ser revista, modificada ou ampliada.

Contatos: Marcos Cordioli - mc12@uol.com.br - (41) 9962 5010.



Agora é a hora, Curitiba!

Tá na hora de mudar o jeito de governar a nossa cidade.

Investir em segurança, educação, saúde e em mais oportunidades de trabalho.

Cuidar de perto das crianças, dos jovens e de todas as pessoas da melhor idade.

Pensar na cidade como um todo, integrando os bairros, fortalecendo os vínculos com a Região Metropolitana e articulando ações com os governos Estadual e Federal.

Vamos atacar os problemas de Curitiba de frente, com vigor, coragem e criatividade, para mudar o que está errado. E melhorar ainda mais o que já é bom na cidade.

Em nossa Curitiba, as pessoas virão sempre em primeiro lugar.

Vão poder participar da administração municipal, manifestando seus desejos e idéias, através de canais que ampliarão a democracia e o desenvolvimento econômico e social, da nossa cidade.

Porque Curitiba só será mais humana e segura se cuidar com carinho de cada um de seus cidadãos e de suas cidadãs.

Neste documento você encontrará nossas principais propostas para governar Curitiba, elaboradas coletivamente, a partir do diálogo aberto com a população e da produção dos inúmeros grupos de colaboradores envolvidos no Programa de Governo.

Participe, discuta, faça sugestões, pois estaremos sempre atentos à vontade popular para governar com todos e todas por uma Curitiba cada vez melhor para o conjunto de sua população.

Angelo Vanhoni
Eleições 2004



Plano de Governo: as diretrizes

Um esboço conceitual

Apresentamos à população de Curitiba as Diretrizes Básicas que orientaram a formação da coligação “Tá na Hora, Curitiba, Vanhoni Prefeito” e seu Plano de Governo.

Esta proposta resulta do trabalho coletivo de milhares de militantes políticos, intelectuais e estudiosos, técnicos e técnicas da administração pública, usuários e usuárias dos serviços municipais, que participam ativamente da vida política e cultural de Curitiba. São cidadãos e cidadãs de diferentes partidos que empreenderam um esforço de convergência para construir uma efetiva aliança política e uma proposta comum de ação de governo para a cidade e para a população. Esta é nossa convicção e nossa luta por uma cidade inclusiva e fraterna, segura, saudável, sustentável, limpa, educadora, econômica, socialmente equilibrada, com democracia e participação popular.

Por uma Curitiba humana e solidária!

Estas diretrizes são, antes de tudo, um convite ao debate sobre as principais questões que envolvem a administração pública de Curitiba. Mais do que um Programa de Governo completo e finalizado, é um Plano em permanente debate e discussão, não só para os candidatos e militantes partidários, mas também para toda a população. Sua ampla divulgação visa prioritariamente informar o eleitor para o pleno exercício da cidadania.

As principais questões deste Plano estão no horário eleitoral na televisão e no rádio, e em nossa página na internet. Estão nos debates nas escolas, nas universidades, nas associações, nos sindicatos e em todos os bairros de Curitiba.

As propostas aqui apresentadas estão em discussão para serem criticadas, complementadas, revistas e ampliadas como devem ser os Planos de Governo dos candidatos efetivamente comprometidos com a população e administrações públicas populares, democráticas e participativas.

O processo

O Plano de Governo da Coligação Tá Na Hora, Curitiba! partiu dos programas apresentados pelas candidaturas de Angelo Vanhoni (coordenado pelo Professor Emmanuel Appel) e de Mauricio Requião nas eleições municipais de 2000 e também das contribuições dos partidos que fazem parte da coligação, PTB, PCB, PSC e PCdoB. As idéias aqui contidas são resultado de diversos seminários desde junho de 2003, organizados e coordenados por José Daniel de Farias (Jacaré) junto à população dos bairros de Curitiba.

Este Plano de Governo representou o fio condutor que orientou mais de trinta grupos de trabalho, que se esforçaram para fazer um diagnóstico da Cidade de Curitiba, de sua administração pública e que conceituaram e apresentaram diretrizes para cada um dos temas.



Também foram identificadas e formuladas as ações inter e multissetoriais e transversais, assim como se procederam aos enquadramentos no âmbito legal de ação da prefeitura e promoveram-se estimativas orçamentárias, com dotação de valores estimados e fontes de recursos, bem como a definição de objetivos e metas de realização e implementação. Levou-se em conta a articulação com a Região Metropolitana e com as políticas dos governos Estadual e Federal.

A colaboração dos diversos grupos de trabalho que reuniram, sistematizaram e organizaram as contribuições das diferentes fontes consolidou uma proposta de muitas mãos, com agradecimento especial a Thelma Alves de Oliveira, Elton Barz, Malu Mazza, Mario Lobato, Andréa Caldas, Nizan Pereira, Ulisses Galetto, Octavio Camargo, Gilmar Piolla, Roberto Salomão, Carlão Kaspchak, Roseli Isidoro, Mauricio Ribas e aos assessores e vereadores do PT na Câmara Municipal de Curitiba.

O conjunto deste material foi analisado, discutido e aperfeiçoado pelo conhecimento vivo que o candidato Vanhoni e seu vice Nizan possuem da cidade e de seu povo. Nestas últimas décadas, acompanharam os movimentos populares nas lutas pelas conquistas dos direitos sociais. Esta experiência acrescentou uma visão única e sólida a estes dois líderes políticos, por terem se aproximado dos desejos, partilhado sonhos e compreendido na raiz as causas dos problemas que são enfrentados pela população.

Por esta razão, este Programa de Governo realiza não apenas uma proposta eleitoral, mas um plano efetivo para um governo democrático e popular para Curitiba e, acima de tudo, o compromisso de nosso futuro prefeito Vanhoni com o povo curitibano.

Marcos Cordioli
Primavera de 2004



Sumário

Agora é a hora, Curitiba!	4
Plano de Governo: as diretrizes	5
Um esboço conceitual	5
Por uma Curitiba humana e solidária!	5
O processo	5
Uma Curitiba humana e solidária	9
Um projeto de cidade para todos	9
Um governo popular democrático e ético: compromisso público e uma prática política	10
Programa de Governo: diretrizes	11
Habitação	13
Concepção e diagnóstico	14
Concepção	14
Diagnóstico	14
Diretrizes:	15
Propostas para a política Habitacional	16
Construção de casas para a população de baixa renda	16
Revitalizar a COHAB	16
Programa de Revitalização de Centros Urbanos:	16
Regularização Fundiária	16
Políticas de urbanismo	17
Políticas administração pública	18
Implementar tecnologias alternativas	18
Linhas de Ação	20
Segurança Pública e Direitos Humanos	21
Saúde	21
Assistência Social	22
Educação	22
Segurança Alimentar e Nutricional	23
Acessibilidade	24
Habitação	24
Esporte e Lazer	24
Cultura	25
Planejamento Urbano	25
Mobilidade – Sistema Viário e Transporte	26
Transporte	27
Meio Ambiente	27
Turismo	28
Trabalho e Renda	28
Mulheres	29
Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais	30
Melhor Idade	31
Juventude	32
Criança e Adolescente	32
32	
Diversidade humana e social	33
33	
Desenvolvimento Econômico e Infra-Estrutura	34
34	



Meio Ambiente	35
Turismo	36
Trabalho e Renda	36
Mulheres	37
Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais	38
Melhor Idade	39
Juventude	40
Criança e Adolescente	40
Diversidade humana e social	41
Desenvolvimento Econômico e Infra-Estrutura	42
Região Metropolitana	43
Funcionalismo Público	43
Gestão, Orçamento e Planejamento	44
Região Metropolitana	35
Funcionalismo Público	35
Gestão, Orçamento e Planejamento	36



Uma Curitiba humana e solidária

A cidade inclusiva e fraterna, segura, saudável, sustentável, limpa, educadora, econômica, socialmente equilibrada e com democracia e participação popular.

Um projeto de cidade para todos

A Coligação Tá na Hora, Curitiba! tem o compromisso de garantir que as políticas sociais, os serviços públicos e as ações da prefeitura efetivem a proteção social e a promoção humana. Para isso empreenderá todos os esforços na formação dos cidadãos, como meio de superar a exploração, a opressão e a discriminação, construindo uma sociedade de justiça, de solidariedade, humanista e para a paz. As condições básicas de vida e o acesso aos bens culturais serão garantidos, visando a uma existência humana plena.

A proteção social é expressão, principalmente, das políticas públicas de saúde, de segurança, de assistência social; dos programas de renda mínima e de proteção ambiental, de transporte, saneamento e de segurança alimentar.

A promoção humana é concebida como a articulação de uma rede equilibrada de políticas públicas, integrando a prestação de serviços como educação, qualificação profissional, lazer, esportes, manifestações artísticas e culturais, com ações afirmativas para a vida saudável, geração de trabalho e renda, e a superação de opressões, explorações e discriminações de origem étnica, de gênero, de orientação sexual, de religião, de necessidades especiais e de condição social.

A Prefeitura Municipal de Curitiba, em nossa gestão, viabilizará os serviços públicos e políticas sociais integradas a um projeto mais amplo de desenvolvimento humano, econômico e social, atendendo, prioritariamente, aos segmentos populacionais que estiverem abaixo da média de renda da cidade.

O papel da prefeitura será, portanto, o de provedora de condições básicas de vida, de construção da cidadania fundamentada em uma cultura baseada nos valores do humanismo, do iluminismo e da tradição democrática.

Por uma cidade inclusiva e fraterna

Uma cidade que acolha, proteja e promova seus habitantes, em particular aqueles que mais precisam do poder público. Uma cidade que reaja contra qualquer tipo de segregação e exclusão decorrente de exploração, opressão ou discriminação, combatendo o racismo e a homofobia.



Por uma cidade segura

Uma cidade tranqüila, com a garantia dos direitos de uso dos espaços públicos e privados, preservada a integridade das pessoas, com liberdade de ir e vir, para trabalhar, frequentar a escola, se divertir.

Por uma cidade saudável

Uma cidade que previna, informe e cuide do bem-estar e promova a saúde de seus cidadãos e cidadãs e a qualidade de seu ambiente. Uma cidade que reconheça o direito à vida como o mais básico dos compromissos públicos.

Por uma cidade sustentável e limpa

Uma cidade que busque o equilíbrio possível da vida moderna com preservação e proteção ambiental. Por uma cidade que não polua a água e o ar, não esgote o solo e que recupere e dê vida aos seus rios, que proteja suas fontes e mananciais. Uma cidade que proteja e respeite os animais domésticos, como parceiros da vida urbana.

Por uma cidade educadora

Uma cidade que se levante contra o analfabetismo, aprenda e ensine, gere e socialize o conhecimento. Uma cidade que reconheça a educação como força propulsora do desenvolvimento humano e da promoção da cidadania.

Por uma cidade econômica e socialmente equilibrada

Uma cidade sem descompasso entre o centro e a periferia, entre os bairros próximos e os distantes. Uma cidade que não aprofunde contradições, não agrave as deficiências, não marginalize, não segregue e não exclua. Uma cidade com uma rede equilibrada de serviços e equipamentos públicos, onde quer que se more, no Centro ou no bairro. Ao mesmo tempo, queremos uma cidade economicamente sustentável, com geração de trabalho e renda para dar à sua gente uma vida digna e confortável.

Por uma cidade para todos, na qual seja possível:

Ser criança, com alimentação, cuidado e proteção.

Ser jovem, com educação para a vida e oportunidades de manifestações culturais, esportivas, de participação social e política.

Ser adulto, com garantia de trabalho e de condições para a manutenção da família.

Ser da maior idade, com respeito, atenção e convívio social.

Ser de uma etnia, sem sofrer discriminação e com a preservação de sua identidade cultural.

Ser especial, com atendimento adequado, acessibilidade e inclusão na vida social.

Ser mulher, com dignidade e igualdade de oportunidades.

Ter acesso à educação, saúde, transporte, habitação, lazer, esporte e cultura a vida toda.

Respeitar a diversidade e lutar contra todas as formas de discriminação, opressão e exploração, combatendo o racismo e a homofobia.

Um governo popular democrático e ético: compromisso público e uma prática política

Popular porque governa em nome do seu povo, promove a igualdade de oportunidades e atende à população segundo as suas necessidades.



Democrático porque dialoga e busca a participação da comunidade e dos servidores públicos nas decisões importantes da cidade e da prefeitura.

Ético porque governa com seriedade, transparência e competência, porque não tolera a corrupção e a punição, garante o caráter público da administração e recoloca a prefeitura a serviço do cidadão.

Programa de Governo: diretrizes

Gestão democrática, inclusiva e socializadora da cidade

Com prioridades definidas pelo planejamento democrático e descentralizado, com efetiva participação popular, visão metropolitana, ênfase nas necessidades e desejos das pessoas, respeito aos limites e potencialidades das regiões e adequação à feição de cada bairro. Equipes inter e multissetoriais pautarão seus projetos e ações em pesquisas e visitas constantes aos bairros e comunidades da cidade. Também serão implementadas ações transversais para garantir as demandas de mulheres, das pessoas da melhor idade, da juventude. O orçamento participativo irá garantir a gestão coletiva de recursos municipais, ampliando a participação popular no planejamento, efetivação e avaliação das políticas públicas.

Administração participativa, criativa, competente e de qualidade

Uma prefeitura com mecanismos de modernização administrativa apoiados pela tecnologia da informação; com garantia de qualidade dos serviços prestados, com controle social da população e aperfeiçoamento contínuo dos processos de trabalho, tendo como foco principal a atenção e satisfação do usuário e, principalmente, a valorização profissional do servidor público.

Ação cooperativa entre as prefeituras da Região Metropolitana de Curitiba

O desenvolvimento integrado de políticas públicas comuns na área de saneamento, habitação, transporte, segurança, de combate à pobreza e nas ações sociais, que serão viabilizadas através de parcerias, consórcios e fóruns de prefeitos. Criação de um Conselho Consultivo, com a participação dos prefeitos, vereadores e sociedade civil organizada da Região Metropolitana, apoiado por câmaras temáticas de promoção social e de desenvolvimento econômico integrado.

Articulação com os governos estadual e federal

A implementação de uma câmara para articular as políticas e as ações governamentais municipais, estaduais e federais irá potencializar programas e projetos, multiplicando esforços, racionalizando recursos e viabilizando resultados que a esfera municipal sozinha não consegue alcançar.

Ação programática integrada das políticas públicas e dos órgãos municipais

A constituição de uma rede equilibrada e descentralizada de serviços públicos, constituída pelo planejamento integrado no âmbito municipal, regional e por bairros. Todos articulados com a Região Metropolitana, garantindo uma atenção integral ao cidadão, a partir de uma visão de totalidade e de respeito às particularidades. Funcionamento pleno dos Conselhos e Fóruns de formulação de políticas e fiscalização da ação da prefeitura.

Planejamento urbano descentralizado e aberto à participação popular

Os bairros restringem-se a espaços de moradia, que não respondem às mínimas necessidades básicas. As políticas de habitabilidade vão garantir:



- a) condições de infra-estrutura básica do sistema viário, de iluminação, saneamento e segurança;
- b) rede equilibrada e integrada de serviços de saúde, assistência social, educação, lazer, esporte e cultura;
- c) recuperação da memória e da identidade cultural e econômica dos bairros;
- d) programas locais de geração de renda ; trabalho;
- e) atividades visando recuperar o convívio social e restabelecer laços comunitários e familiares. É fundamental que as pessoas não tenham necessidade de percorrer grandes distâncias para trabalhar, consumir ou dispor de lazer.



Habitação

Proposta de Plano de Governo



Concepção e diagnóstico

Concepção

Nossa proposta para os próximos quatro anos é adotar uma política de habitação voltada à população de baixa renda, considerando a moradia um direito básico do ser humano, buscando a inclusão social dos moradores de habitações precárias, reestruturando a COHAB-CT, econômica e conceitualmente, mudando suas práticas em relação aos moradores mais necessitados e maximizando os recursos disponíveis. Além disso, a questão habitacional será tratada pelo Governo Municipal como política de Estado articulando todas as esferas de políticas públicas.

Diagnóstico

Existem em Curitiba 301 favelas com mais de 57 mil famílias. As ocupações irregulares na RMC acolhem 136 mil famílias, a maioria em mananciais e áreas de risco.

A Grande Curitiba tem uma população total 2,9 milhões de pessoas, sendo que mais de 750 mil estão vivendo em moradias precárias, ou seja, 25% da população. A fila da Cohab é de 66 mil à espera da oportunidade da casa própria.

O Município de Curitiba está próximo do esgotamento de seus limites geográficos. A área do Município, de 432 quilômetros quadrados, está praticamente toda loteada e restam poucas áreas para expansão.

O esgotamento das fronteiras e o aumento populacional estão provocando um fenômeno, que é o crescimento na taxa de densidade (medida pela relação habitante por hectare). Esta taxa era de 14,09 em 1970. Segundo o censo 2000, a densidade média na cidade passa para 36,72. Este índice pode variar de acordo com o bairro e é maior nas regiões onde há verticalização mais acentuada.

No orçamento para o ano 2000, a função habitação teve uma previsão orçamentária de 8,6 milhões, porém, foi empenhado e liquidado durante todo o ano somente 1,5 milhão.

No orçamento para o ano 2002, a função habitação teve uma previsão orçamentária inicial de 4,9 milhões. Durante o decorrer do ano esta previsão teve um reajuste para 13,8 milhões, devido à assinatura de convênios. No entanto, a Prefeitura Municipal empenhou 12,0 milhões e liquidou somente 3,7 milhões.

No orçamento para o ano de 2003, a função habitação teve uma previsão inicial de 11,8 milhões. Porém, já em agosto do mesmo ano foi reduzido para 4,2 milhões, sendo empenhado e liquidado no mesmo período a quantia de 2,3 milhões.

Para o ano de 2004, a previsão de recursos para habitação chega a 21,7 milhões, mas a Prefeitura disponibilizará somente 4,5 milhões.



Diretrizes

- Priorizar o atendimento à população de baixa renda.
- Reestruturar a COHAB e adotar um modelo de gestão democrática para a questão habitacional.
- Ampliar e acelerar o processo de regularização fundiária.
- Disponibilizar o acesso à água potável, à energia elétrica e ao esgotamento sanitário.
- Melhorar a qualidade ambiental urbana em áreas de maior vulnerabilidade e precariedade.
- Implementar os instrumentos regulados pelo Estatuto da Cidade, tendo em vista assegurar o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer.
- Integrar a política habitacional com as demais políticas inseridas no desenvolvimento urbano e com as políticas sociais, e, particularmente, com as políticas agrária e de geração de emprego e renda.
- Implementar programas e projetos de condições de moradia digna, através da revisão da utilização do solo, do parâmetro de construção e do atendimento além do abrigo, articulados ao acesso às demais políticas públicas, ao lazer, à privacidade e ao convívio comunitário.
- Adotar critérios de inclusão social no atendimento da demanda por moradia popular, estabelecendo prioridade de atendimento ao idoso, ao portador de deficiência, à mulher chefe de família e a famílias com rendimento de até três salários mínimos.
- Integração dos diversos órgãos governamentais e suas políticas públicas, tais como a saúde, educação e geração de emprego, trabalho e renda.



Propostas para a política Habitacional

Construção de casas para a população de baixa renda

- A Prefeitura voltará a entregar casas financiadas e não apenas lotes para a população que ganha de zero a cinco salários mínimos.
- Criar um programa habitacional, em parceria com a Cohapar (Governo do Estado) e a Caixa Econômica Federal (Governo Federal), voltado para famílias com renda de até três salários mínimos; programas de loteamento e construção de casas associados aos governos Estadual e Federal e, principalmente, realizados em conjunto com os municípios da Região Metropolitana;
- Vamos instituir um fundo de financiamento para a população que percebe de 0 a 2 salários mínimos.
- Construir, em parceria com o Governo Federal, 5.000 unidades habitacionais em Curitiba em 2005.
- Formular e implementar uma política habitacional articulada nos três níveis de governo, que inclua um amplo sistema de subsídios direcionados às famílias com renda mensal de até três salários mínimos.
- Quando da produção de lotes, auxiliar e apoiar sempre na viabilização de moradias, com unidades de boa qualidade, com recursos próprios, cessão de terrenos e serviços da Prefeitura, do Governo do Estado e do Governo Federal.

Revitalizar a COHAB

- Revitalizar a COHAB, renegociando a sua dívida -estimada em R\$ 450 milhões- para que ela recupere sua capacidade de investimento, mudando o foco de atuação para a produção, para a venda e o arrendamento de unidades residenciais.
- Avaliar a possibilidade de venda da carteira da COHAB à CAIXA, à União ou ao Governo do Estado, com renegociação do saldo devedor existente, utilizando-se os créditos de FCVS como moeda e com a assunção pelo Município da responsabilidade de pagamento dos encargos devidos mensalmente.

Programa de Revitalização de Centros Urbanos:

- Realizar operações consorciadas, em parceria com os proprietários de imóveis centrais atualmente desocupados ou parcialmente utilizados, mediante produção de unidades a serem arrendadas, com ganho de ocupação no Centro e geração de emprego e renda (as áreas térreas serão destinadas ao comércio). Esta ação poderá ser implementada numa segunda etapa.

Regularização Fundiária

O principal objetivo da nossa política habitacional será a regularização, nos próximos quatro anos, de 30% dos imóveis e loteamentos irregulares.



- Realização da Regularização e Urbanização de áreas ocupadas sem previsão legal, desde que estas não estejam em áreas de risco, ambientalmente frágeis, de preservação ou de conservação ambiental.
- Lançar um amplo programa de regularização fundiária. Concomitantemente, vamos instituir políticas de urbanização das áreas ocupadas garantindo a legalização por ações de mediação entre proprietários e ocupantes.
- Em parceria com os municípios da Região Metropolitana e o Governo do Estado, resolver o problema das ocupações irregulares em áreas de mananciais e de risco, com a remoção dessas populações para locais apropriados.
- Propor ao Poder Judiciário a criação de Vara especializada em compor os conflitos agrários urbanos.
- Propor a criação da Lei do Regularizador Social, uma parceria na qual o regularizador social cumpriria uma função pública, de forma subsidiária.
- Trata-se de uma figura criada recentemente, a exemplo do Município de Porto Alegre, a iniciativa privada atua na intermediação dos conflitos urbanos gerados pelas ocupações irregulares, por exemplo, compondo-os através do entendimento entre o proprietário e moradores irregulares. A essência da proposta é a de que, simplificando a legislação, flexibilizando padrões e agilizando a tramitação dos projetos, aqueles loteadores, que hoje produzem seus loteamentos de forma clandestina e/ou irregular, possam passar a produzir seus empreendimentos legalmente. Em contrapartida por esses benefícios oferecidos pela municipalidade, o regularizador social ofereceria lotes a preços compatíveis com a produção de Habitação de Interesse Social ou doaria parte dos lotes ao Governo. Alternativamente, ainda, o regularizador poderá construir equipamentos urbanos, comunitários ou de geração de renda como contrapartida. Há ainda a possibilidade de dispensar a contrapartida do loteador nos casos em que empreendedor e município acordem um preço final de lote que inclua um “desconto” pelos benefícios dados pelo Poder Público ao loteador. Nesta última possibilidade, o município logra um aumento da oferta de lotes regulares para baixa renda no município pela via do mercado imobiliário.

Políticas de urbanismo

- Implementar na administração pública a concessão de uso especial para fins de moradia e de todos os instrumentos que possam vir a garantir a segurança da posse para a população de baixa renda.
- Elaborar e implementar novo Plano Diretor compatível com as determinações do Estatuto da Cidade, assegurada ampla participação popular.
- Qualificar os técnicos que operacionalizam a política urbana e habitacional.
- Implementar mecanismos que possibilitem buscar os loteadores clandestinos, que estão produzindo moradia no lugar do Estado, para ações de regularização com a responsabilidade do Poder Público que garantam valores e condições de atendimento da população de baixa renda.
- Implementar projetos sociais de desenvolvimento socioeconômico-político e cultural das famílias residentes nas áreas de ocupação, através de ações integradas com as demais secretarias municipais.
- Desfragmentar os processos de planejamento, capacitação e operacionalização das ações do setor, como os implementados atualmente, através do IPPUC, IMAP, Prefeitura Municipal e COHAB.
- Criar o conselho de desenvolvimento urbano e o conselho municipal de saneamento.



Políticas administração pública

- Implementar o orçamento participativo e o conselho municipal de habitação popular, de caráter deliberativo e fiscalizador da política habitacional do município, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros.
- Articular a política habitacional com o Governo do Estado (COMEC e COHAPAR) e o Governo Federal (Ministério da Cidade e CEF) visando efetividade e alcance social das ações, incluindo no processo a sociedade civil organizada e a iniciativa privada.
- Realizar censo habitacional, com vistas a um diagnóstico preciso do déficit habitacional, quantitativo e qualitativo.
- Assegurar percentual mínimo de recursos orçamentários para a aplicação em habitação.
- Criar mecanismos que facilitem o encaminhamento da demanda municipal para a utilização dos recursos do FGTS para habitação popular e saneamento.
- Revisar as exigências legais para o parcelamento do solo urbano, tendo em vista a desburocratização de procedimentos administrativos e a redução dos custos.
- Implementar sistemas de assistência técnica e jurídica fornecida pelo município à população de baixa renda, para auxiliar no pleno exercício do seu direito à moradia.
- Reestruturar a administração pública para a ação estratégica, multiprofissional e integrada das secretarias afins, no sentido de superar a administração tradicional, fragmentada, pontual, burocrática e desconectada da realidade em andamento.
- Garantir a participação de equipes multiprofissionais na elaboração da política, programas e projetos, no acompanhamento e desenvolvimento comunitário, antes, durante e depois das ações desenvolvidas, visando a sustentabilidade, a avaliação e o controle dos programas e projetos.
- Revisar a exigência de registros, reconhecimento e autenticação de documentos para compra, transferência e outros procedimentos necessários para o estabelecimento de contratos e sua manutenção com pagamentos destes, se estritamente necessário por parte do Poder Público municipal, conforme código civil atualizado.
- Rever os processos de cancelamento administrativo praticados atualmente pela COHAB-CT, que inviabilizam o pronunciamento das partes envolvidas no contrato.
- Suspender a cobrança terceirizada que não avalia a situação socioeconômica das famílias e do contexto de acesso às políticas públicas e da pobreza;
- Fortalecer a COHAB-CT como órgão descentralizado de atuação da política habitacional no âmbito do município e da Região Metropolitana.
- Elaboração de Plano Diretor de Resíduos Sólidos com incentivo à organização de cooperativas para prensagem de material reciclável, agregando valor social com a construção de moradias em áreas próximas que possam ser pagas com parte da produção.

Implementar tecnologias alternativas

- Incorporar novas tecnologias que reduzam os custos da construção e facilitem a implantação de projetos em sistema de autoconstrução.
- Projeto Solo Cimento:
 - O Projeto Solo Cimento é inspirado em seu similar de Porto Alegre.
 - Consiste na produção de tijolos por uma máquina, avaliada em R\$ 40.000,00, com mão-de-obra dos futuros beneficiados, treinados pela produtora do cimento, com a utilização de recursos do Governo Federal (Programa PSH).



- O Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM participa indicando as famílias e gerindo o processo, que depende da doação de lotes ou de regularização fundiária para sair do papel.
- Com apenas uma máquina podemos produzir em torno de 3.500 tijolos dia, o equivalente a uma casa, necessitando estar montada próxima do local de intervenção, com possibilidade de utilização do solo da região.
- O solo de Curitiba é favorável à produção dos tijolos, pois é argiloso, com boa consistência na massa.



Linhas de Ação

**Para um governo
democrático e popular**



Segurança Pública e Direitos Humanos

Uma proposta de segurança integrada

A segurança pública será uma política na perspectiva da defesa e respeito dos direitos humanos e da educação para a paz. Contará com a ação articulada das polícias civil, militar, corpo de bombeiros, guarda municipal e destas com o poder judiciário e Conselhos Comunitários de Segurança. Para efetivar esses objetivos, vamos:

- a) adotar práticas administrativas para coibir a violência, como a melhoria da iluminação pública, promoção e ampliação de vigilância em locais públicos propícios a práticas criminosas;
- b) promover a integração da Guarda Municipal com as forças públicas do governo do Estado, que será efetivada mediante a soma de esforços e a complementação de recursos, evitando sobreposição de atividades e dispersão de energia, integrando os sistemas de comunicação, de planejamento, de informações;
- c) aperfeiçoar a Guarda Municipal nas Academias das Polícias do Paraná e Federal em Brasília;
- d) fortalecer os Conselhos Comunitários de Segurança como espaço de organização das comunidades, reunindo associações, empresários, igrejas, escolas, clubes, para participarem da elaboração e realização de programas preventivos e de combate à violência e ao crime em todas as suas formas.

Saúde

Efetivar o direito à vida e à inclusão social

As políticas de saúde estarão voltadas para a efetivação do direito à vida, a partir de estratégias de inclusão social e gestão participativa. A saúde focalizará a prevenção e a reorientação do modelo de assistência e atenção à saúde, assim como serão implementadas, entre outras, políticas de moradia, saneamento e acesso à alimentação adequada à população. Todos os cidadãos de Curitiba, especialmente os mais pobres, devem ter à sua disposição um sistema universal público de assistência e atenção à saúde. Esse atendimento deve ser garantido independentemente dos locais onde as pessoas moram, da idade, da doença, do tratamento exigido, da terapia e dos remédios necessários. Para efetivar esses objetivos, vamos:

- a) ampliar o Programa de Saúde da Família para atender a todos que deles precisam e, para cada cinco ESF, vamos manter uma Equipe de Saúde Mental. Criar em todos os distritos sanitários uma Unidade de Saúde 24 horas; pelo menos outras duas com horário estendido até as 23 horas; um centro de atendimento à saúde mental; um centro de especialidade e convênio com um hospital distrital;
- b) efetivar a central de agendamento de consultas, marcadas no menor espaço de tempo e atendendo às necessidades das pessoas;
- c) construir um Pronto Socorro infantil;
- d) desenvolver ações coordenadas com os governos estadual e federal;
- e) efetivar o consórcio metropolitano de saúde.



Assistência Social

Políticas integradas de promoção social

Os programas, projetos e ações da assistência social estarão voltados ao enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com atenção especial às crianças, jovens, idosos, mulheres e aos grupos socialmente excluídos ou segregados. As políticas de assistência social serão ampliadas em abrangência e integradas às demais políticas públicas, como forma de garantir um salto de qualidade na proteção social e promoção da cidadania. Para efetivar esses objetivos, vamos:

- a) criar os Centros de Referência em Assistência Social – CRAS, para atender às populações em risco social, com objetivo de incluí-las nas políticas e programas sociais;
- b) constituir uma rede de proteção social integrando os programas de combate à miséria, abrigos para as vítimas de violência, casas e albergues públicos para moradores de rua;
- c) garantir as necessidades e prioridades sociais nas diferentes políticas públicas;
- d) efetivar parcerias com os governos federal e estadual e com os municípios da Região Metropolitana para os programas sociais, visando maximizar recursos disponíveis.

Educação

Educação Integral com qualidade social

A educação estará voltada para a formação humana, como forma de inclusão social, com a ampliação do atendimento na *Educação Infantil*, a promoção da educação integral no *Ensino Fundamental*, a escolarização com formação profissional da *Educação de Jovens e Adultos*; redefinição dos objetivos das unidades do *Programas de Integração da Infância e Adolescência* (PIÁ) para a formação para a cidadania e ação comunitária; a efetivação da *Escola Municipal de Qualificação Profissional*; constituir a *Escola de Experientes*; implementar a *Universidade Popular de Curitiba* em apoio aos movimentos sociais da cidade; implementar a *educação social* junto as populações de rua em particular nas instituições de abrigo e proteção. Para efetivar esses objetivos, vamos:

- a) ampliar a oferta de Educação Infantil para garantir as crianças de zero a seis anos, atendimento educacional, com horário diário estendido e funcionamento das CMEIs nas férias;
- b) os educadores da Educação Infantil habilitados ao magistério serão incluídos no plano de carreira, sendo garantido a possibilidade de realização de cursos de habilitação para todos que desejarem. Também será garantida a jornada de 30 horas para os demais funcionários;
- c) expandir o atendimento dos alunos do Ensino Fundamental, com aumento da jornada escolar, a partir da articulação das atividades artísticas, científicas, esportivas e de lazer. Assim, nossas crianças e jovens terão uma escola com seu tempo ampliado, atividades diversificadas, fornecimento de material pedagógico e mais qualidade da educação;
- d) aprofundar a formação continuada dos professores na Casa do Professor, implementada com as nossas Instituições de Educação Superior e articulada ao projeto pedagógico das escolas;
- e) implementar a formação profissional na Educação de Jovens e Adultos articulada a políticas de geração de trabalho e renda, e a ampliação da oferta e cursos para a terceira idade e portadores de necessidades especiais como meio de promoção social;



f) efetivar a *Escola Municipal de Qualificação Profissional* com o sistema Sesi, Senai, Senat e Senar, Sebrae, escolas técnicas e Instituições de Educação Superior e outras agências de formação profissional, para atuar na formação técnica, na capacitação gerencial e desenvolvimento pessoal, como língua estrangeira e informática;

g) instituir a *Escola de Experientes*, com núcleos nas comunidades para a socialização da experiência das pessoas da maior idade;

h) implementar a *Universidade Popular de Curitiba* em apoio aos movimentos sociais da cidade;

i) implementar a *educação social* junto as populações de rua em particular nas instituições de abrigo e proteção;

j) reconhecer os PIÁ e PIÁ-Ambiental como unidades educacionais, incluindo-os na proposta pedagógica do município e articulando-os com os programas de inclusão social e de ação para a cidadania;

k) constituir um projeto pedagógico envolvendo todas as instituições escolares, da Educação Infantil a Educação Superior, dos sistemas público (municipal, estadual e federal), comunitário, filantrópico e empresarial, assim como com as intuições de proteção da infância e juventude e de qualificação profissional. A inovação que propomos não é a da expansão de uma proposta do poder público para todos os demais sub-sistemas da educação, mas uma efetiva construção de um sistema de educação que envolva os diferentes atores, nas suas especificidades. As experiências e necessidades das redes públicas assim como das privadas podem ser compartilhadas e articuladas na busca de uma identidade comum. Nessa mesma perspectiva, é fundamental construirmos uma política comum aos municípios conurbados da região metropolitana;

l) as escolas municipais são peças-chave nos projeto Bairro Legal – vida nova nos bairros cedendo as comunidades de seus equipamentos nos finais de semana, como possibilitará a instalação da Escola dos Experientes (para pessoas da maior idade), da Escola Municipal de Qualificação Profissional (centros de formação profissional), e da Universidade Popular de Curitiba (em apoio aos movimentos sociais).

Segurança Alimentar e Nutricional

Garantir uma alimentação saudável em quantidade e qualidade

A política de segurança alimentar e nutricional vai assegurar alimentação saudável em quantidade e qualidade adequadas. Para efetivar esses objetivos, vamos:

a) ampliar o acesso aos alimentos via mercados populares, valorizando a produção familiar e o padrão orgânico no sistema de compras;

b) implementar as ações de orientação nutricional, assumindo uma função transversal visando interagir com as culturas alimentares para constituir posturas de promoção da saúde e garantir a ampliação e bom atendimento dos Armazéns da Família e Mercado Popular, com regularidade semanal em todos os seus pontos;

c) atender de forma diferenciada às populações em áreas de risco para garantir o acesso aos alimentos básicos para quem mais necessita; d) implementar os restaurantes populares com refeições a baixo custo.



Acessibilidade

Respeitando todos

A acessibilidade será a marca do planejamento urbano e do paisagismo para o conforto dos pedestres, em particular das pessoas com restrição de mobilidade, como as crianças, idosos, obesos e portadores de necessidades especiais, nos espaços públicos da cidade, em particular das calçadas, praças, parques e edifícios de grande circulação de pessoas. Para efetivar esses objetivos, vamos: garantir que as novas calçadas deverão ser construídas (e antigas, quando reformadas), obrigatoriamente, com o uso de material liso e não derrapante no seu leito, sem obstáculos de qualquer natureza, permitindo o fácil deslocamento de portadores de deficiência sensorial e motora (utilizando cadeiras de rodas, bengalas etc.).

Habitação

Um direito básico de todos

A política para habitação adotará o princípio de que a moradia é um direito do cidadão, e que a COHAB vai voltar a construir moradias prontas, para suprir o imenso déficit causado pela ausência de uma política habitacional, especialmente às famílias que ganham até três salários mínimos. Ao mesmo tempo, é preciso resolver os problemas das ocupações irregulares. Para efetivar esses objetivos, vamos:

- a) estabelecer parcerias, especialmente para loteamentos e construção da casa própria, com os governos estadual e federal e com as demais prefeituras da Região Metropolitana, pois a questão habitacional extrapola os limites territoriais da cidade, e ampliar e acelerar a regularização fundiária para legalizar a posse;
- b) urbanizar as favelas, considerando as suas especificidades;
- c) garantir o apoio financeiro e tecnológico à autoconstrução e reformas de moradias;
- d) incentivar as cooperativas e associações para a autogestão de empreendimentos, em especial os mutirões; a criação de centros de produção de material de construção, inclusive com reaproveitamento de material de reciclagem. Essas medidas, entre outras, além de buscarem soluções para habitação, estarão associadas às garantias de habitabilidade, com saneamento, infra-estrutura viária, acesso aos serviços públicos, transporte, e inserção socioeconômica dos moradores.

Esporte e Lazer

Política pública e gestão democratizada

Em nosso governo, o esporte e o lazer serão tratados como política pública, sendo estimulados e fortalecidos os modos: escolar, comunitário, amador e de alto rendimento. Vamos possibilitar o acesso de toda a população ao esporte e ao lazer, facilitando a interação das comunidades e famílias, e melhorando o convívio entre as pessoas na forma do programa Bairro Legal – vida nova nos bairros. A prefeitura vai constituir parcerias com os clubes de futebol amador (garantindo o apoio da prefeitura na manutenção dos estádios), as federações das mais diferentes categorias esportivas (atletismo, lutas marciais, esportes radicais, ciclismo, skate, surf e outros), academias e instituições de ensino superior para viabilizar a divulgação e promoção dessas modalidades nos diversos bairros da cidade. Em contrapartida, essas entidades vão manter atividades recreativas e de iniciação esportiva para crianças, jovens e maior idade, e organizar torneios interbairros. Para os atletas que despontarem nas diversas modalidades, serão criados os Cen-



tros de Referência em Esporte, nos atuais centros esportivos municipais, ou em instituições conveniadas, para permitir o aperfeiçoamento. Para efetivar esses objetivos, vamos:

- a) estimular o esporte e o lazer como práticas cotidianas em todas as etapas da vida, como forma de integração social e promoção da saúde;
- b) implementar a gestão democrática do esporte, incluindo atletas, entidades esportivas (associações, federações, clubes e ligas) e toda a sociedade civil organizada, na elaboração, gestão e avaliação das políticas da prefeitura;
- c) efetivar a rede esportiva e de lazer nos bairros da cidade pela reforma e ampliação dos equipamentos esportivos e de lazer (e a construção de novos onde for necessário);
- d) estabelecer parcerias com clubes comunitários, associações esportivas, academias e instituições de educação superior, em todos os bairros da cidade, em especial nos mais distantes do centro, para a realização de torneios e campeonatos interbairros e atividades de iniciação esportiva.

Cultura

Efetivando uma política pública de cultura

A política cultural pública vai ser ampla e será uma das prioridades. Todos os bairros terão atividades culturais e as comunidades serão estimuladas a realizarem manifestações artísticas. A política cultural terá como foco a democratização do acesso à arte e à sua produção, valorizando a identidade cultural das comunidades. Para os que desejarem se aprimorar em algumas das manifestações artísticas, serão instituídos os Centros de Referência em Artes, nos atuais centros culturais da cidade, ou em parcerias com outras instituições, para permitir o aperfeiçoamento. Para efetivar nossos objetivos, vamos:

- a) organizar circuitos culturais na cidade, garantindo o atendimento de todos os bairros;
- b) constituir a rede de cultura da cidade com os equipamentos que serão construídos, reformados e readequados em praças, parques, ruas de circulação de vizinhanças, centros esportivos e escolas, preparando-os para as diferentes manifestações artísticas e culturais em todos os bairros da cidade, dentro do programa Bairro Legal – Vida Nova nos Bairros;
- c) estimular a produção de mídias culturais locais (CDs, DVDs, vídeos, cinema, sites, livros e revistas, além de espetáculos);
- d) divulgar e organizar festivais e mostras que permitirão o acesso do curitibano a produções artísticas contemporâneas significativas;
- e) garantir condições de geração de trabalho e renda para aqueles que vivem da arte e do artesanato.

Planejamento Urbano

Propostas estruturantes para a qualificação urbana e inclusão social

Viver uma cidade melhor é um direito de todo o cidadão e construir condições para que isso aconteça é um compromisso da nova administração da prefeitura. Tudo que tem sido bem sucedido no planejamento urbano, como resultado de toda sua história, deve ser mantido e ampliado. O planejamento urbano deverá se orientar em dois eixos, o primeiro de garantir o futuro crescimento ordenado e o



segundo de planejar cada espaço, de cada bairro, respeitando o espírito de cada lugar. As propostas estão estruturadas no princípio geral de qualificação urbana e inclusão social. Para alcançar estes objetivos, vamos:

- a) requalificar o Centro Tradicional da cidade, ampliar e diversificar seu uso e atividades, dando ênfase na volta do uso habitacional. Serão incentivadas a reciclagem das edificações, preservação do patrimônio histórico e cultural e o encorajamento da participação da sociedade. As principais ações serão de reforço da segurança, a animação cultural com dinamização dos espaços existentes e promoção de eventos, obras que facilitem a circulação, e melhoria do no transporte coletivo;
- b) harmonizar urbana e socialmente o Centro Expandido e diminuir as diferenças entre a inserção e exclusão urbano-social, com o incentivo a urbanização e implantação de habitação adequada em áreas de ocupações irregulares e estímulo a participação da sociedade;
- c) estruturar e complementar com múltiplas funções urbanas, bem como aumentar a autonomia dos oito Centros de Bairros, polarizadores das comunidades do entorno, com ênfase na oferta de serviços públicos, atividades econômicas próximas ao local de moradia. Sua implantação contará com o estímulo ao fortalecimento do comércio, serviço e indústria limpa; incentivo a regularização e integração das áreas de ocupações irregulares, com urbanização, construção de habitação de interesse social em parceria público-privada. A proposta, a princípio, será de: consolidar os Centros de Bairros Bacacheri-Santa Cândida; Vila Hauer-Boqueirão; Pinheirinho; Dsanta felicidade; Ecoville-Campo Comprido; Complementar e integrar o Centro de Bairro Fazendinha- Portão e Implementar os Centros de Bairros: Bairro Novo-Sítio Cercado; Alto Boqueirão; Capão da Imbúia-Cajuru.

Mobilidade – Sistema Viário e Transporte

Condições de deslocamento mais rápido, mais seguro e acessível a todos

O modelo de sistema de trânsito em Curitiba precisa ser redimensionado e com um planejamento de longo prazo, visando aumentar a mobilidade. Para efetivar nossos objetivos, vamos:

- a) implementar a manutenção das estruturais já implantadas;
- b) construir o prolongamento do Sistema Estrutural para melhoria do fluxo e integração com a Região Metropolitana;
- c) implantar de novos anéis de interbairros;
- d) efetivar as transposições prioritárias no sistema estrutural em pontos críticos;
- e) desativar a linha férrea um novo traçado para a Ferrovia dos minérios, eliminando o transtorno para a população do entorno, com criação de nova via e áreas de lazer;
- f) concluir o Contorno Norte e viabilizar a reestruturação da antiga BR116;
- g) estabelecer novos traçados de vias alternativas para deslocamento mais rápido entre diferentes pontos da cidade, sem passar pelas áreas centrais;
- h) implementar programas de educação de trânsito que não se reduzam às ações de mídia;
- i) rediscutir a utilização dos radares, adequando-os às políticas de segurança e educação de trânsito, priorizando sua instalação em lugares de real necessidade, tais como proximidades de escolas, hospitais, centros comerciais e de travessia intensa de pedestres.



Transporte

Soluções criativas e integradas

O sistema de transporte de Curitiba vive uma situação de perigoso esgotamento da capacidade de bom atendimento da população. A velocidade média dos ônibus tem diminuído e o preço da passagem já é dos mais altos. Nas últimas campanhas eleitorais, o transporte serviu mais como um tema para mirabolantes propostas, para o ilusionismo eleitoreiro, do que para um debate sério sobre o tema. Para efetivar nossos objetivos, vamos:

- a) formular soluções responsáveis e eficientes para aumentar a velocidade e a qualidade do transporte de passageiros, tanto no âmbito municipal quanto no metropolitano;
- b) garantir valores justos para as tarifas;
- c) implementar a utilização de tecnologias ambientalmente corretas;
- d) implantar de novos anéis de interbairros;
- e) implementar os Terminais de ônibus dos Centros de Bairros;

Meio Ambiente

Preservando e respeitando a natureza

A política ambiental vai adotar ações que fortaleçam hábitos e valores preservacionistas da população, mobilizando-a para a proteção dos recursos ambientais, em particular da água e do ar, e efetivando a educação para o consumo de produtos menos poluentes e predatórios da natureza. Para isso, é fundamental garantir o direito da população à informação e à participação. Também vamos implantar propostas inovadoras de gestão de problemas, como os do lixo e da poluição da água, e implantar um sistema de monitoramento dos rios e fundos de vale para recuperá-los de forma sistemática e articulada com as escolas, comunidades e ONGs. Para efetivar nossos objetivos, vamos:

- a) em conjunto com as prefeituras da Região Metropolitana e o governo do Estado, será constituído um sistema efetivo de proteção dos mananciais de abastecimento, com transformação das várias áreas em parque de preservação ambiental. Um elemento básico é a recriação do Parque Municipal Ciliar do Iguaçu;
- b) eliminação do problema dos aterros sanitários pela transformação da biomassa em energia;
- c) serão efetivados depósitos de resíduos sólidos, onde será processada a separação do lixo orgânico e reciclável. A parte orgânica será convertida em adubo e energia e a reciclável será fonte de renda para pessoas organizadas em cooperativas e qualificadas em segurança, saúde e técnicas de manuseio;
- d) a criação e implementação de uma central de tratamento que permita a eliminação completa da condição de periculosidade dos resíduos hospitalares;
- e) elaboração de um Atlas de Curitiba e Região Metropolitana e implantação de um Relatório Anual de Qualidade Ambiental (em três versões: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio), disseminando as bases do direito e princípio da informação;
- f) implementar um grande número de praças assim como arborização frutífera nos bairros da periferia da cidade.



Turismo

Curitiba como destino prioritário

Vamos efetivar Curitiba como destino prioritário para os turistas, aumentando o seu tempo de permanência na cidade. O turismo será explorado em seu potencial econômico, de fortalecimento da identidade cultural e de preservação do patrimônio da cidade. Para efetivar esses objetivos, vamos:

- a) constituir uma Agência de Fomento do Turismo, desvinculada da CIC;
- b) investir em promoção e captação de turistas, em ações compartilhadas com os agentes do turismo local, voltadas para países do Mercosul, América do Norte, Leste da Ásia e Europa;
- c) integrar roteiros de aventura, ecoturismo, turismo rural, histórico, étnico da Região Metropolitana de Curitiba, da Serra do Mar, Litoral, Serra de São Luiz do Purunã e Campos Gerais como forma de gerar trabalho e renda, nessas regiões e promover uma sinergia com o turismo da cidade de Curitiba;
- d) disputar o sedimento de eventos científicos, acadêmicos, de negócios e esportivos nacionais e internacionais, que movimentam centenas de milhares de pessoas todos os anos no país, que terão sede na cidade de Curitiba;
- e) organizar um calendário de eventos anuais incluindo as festas populares, étnicas, cívicas e religiosas para os feriados e período de férias;
- f) revitalizar o bairro de Santa Felicidade, com obras de paisagismo, para transformá-lo, além de gastronômico, num importante pólo cultural e turístico.

Trabalho e Renda

Desenvolvimento sustentável e integrado

No campo da ação municipal, existe um imenso espaço de possibilidades para o desenvolvimento de programas de incentivo à produção, à geração de trabalho e renda e à criação de empregos. Para efetivar esses objetivos, vamos:

- a) estimular a produção e o consumo de produtos na comunidade;
- b) estimular a formação de cooperativas e de associações de cooperativas;
- c) estimular a formação de redes de micro e pequenas empresas;
- d) estimular as grandes empresas a ampliar as compras de produtos e serviços de micro e pequenas empresas estabelecidas nas cidades da RM;
- e) qualificar a marca da cidade para ampliar as vendas nos mercados nacional e internacional;
- f) identificar e estimular as potencialidades de cada bairro.

Para isso, vamos empreender as seguintes ações:

- a) reduzir a burocracia e exigências para atuação formal dos novos empreendimentos;
- b) reduzir os tributos municipais, inclusive com planejamento por bairros, para estimular atividades em determinados bairros;
- c) dedicar uma cota de compra da prefeitura para micro e pequenas empresas, algumas localizadas em bairros específicos;
- d) fomentar o microcrédito e criar um fundo de aval aos pequenos empreendedores, cooperativas e microempresas;



- e) capacitação e qualificação técnico-gerencial, inclusive com incubadoras de micro e pequenas empresas, com apoio do Sebrae; qualificação da mão-de-obra, em particular da população com o Ensino Fundamental inconcluso, com apoio do Sistema S, universidades, escolas técnicas etc.;
- f) criar telecentros que permitam aos empreendedores disporem de equipamentos para informatização da gerência e do uso da internet para comércio e atualização;
- g) apoiar normatização dos produtos e estabelecer canais de venda com redes de distribuição na cidade e no Estado.

Mulheres

Uma presença que faz toda a diferença

A mulher receberá atenção especial por parte da administração democrática e popular de Curitiba pela qual se buscará corrigir o tratamento desigual entre homens e mulheres, reconhecendo o espaço da diferença positiva. Isto se traduzirá em ações afirmativas para que meninas, jovens e mulheres desenvolvam-se plenamente como seres sociais e profissionais, numa demonstração, pelo poder público, de respeito e valorização de todas as curitubanas.

As propostas de políticas públicas sociais – de Educação, Saúde, Habitação, Trabalho e Renda, Esporte, Cultura e Segurança Alimentar – voltam-se para a plena promoção da cidadania, contemplando assim o conjunto de mulheres em situação de discriminação, opressão, pobreza e exploração. Além de ações globais previstas pelo Plano de Governo, serão implementadas outras, de atenção particularizada. Para efetivar tais objetivos, propomos:

- a) criar a Coordenadoria Especial da Mulher, destinada a formular e monitorar políticas públicas para as mulheres; introduzir as questões relativas a gênero junto aos Órgãos Municipais; estimular ações afirmativas e implantar “redes de serviços inclusivos”; promover estudos, pesquisas e campanhas de comunicação; divulgar ações e difundir direitos das mulheres como parte indissociável dos direitos humanos universais; prestar assessoramento às organizações públicas e privadas sobre o tema; assegurar acesso a serviços jurídicos gratuitos ou de baixo custo para mulheres que vivem na pobreza;
- b) assegurar atendimento integral à saúde da mulher, concentrando ações nas situações que colocam em risco a mulher, em todas as fases de sua vida; ampliar e estimular campanhas de prevenção dos tumores de mama e de útero; priorizar atendimento especial à adolescência, com informações preventivas sobre DST/AIDS, gravidez precoce, sexualidade e atendimento à saúde mental.
- c) instituir a rede de proteção contra a violência, para combater e prevenir agressões domésticas e sexuais, integrando serviços públicos e particulares de saúde, de assistência social, de apoio psicológico e jurídico, e abrigos temporários no atendimento as vítimas desse tipo de violência, bem como organizar o registro de ocorrências e denúncias; instalar telefones de emergência para tais casos.
- d) implantar Programa para educação inclusiva e não-discriminatória, na perspectiva da política de gênero, introduzindo a educação sexual nos currículos em todos os níveis educacionais e qualificando professores no tema; realizar campanhas educativas e de denúncia das diferentes formas de preconceito e discriminação das mulheres na sociedade.
- e) criar mecanismos de geração de trabalho e renda dirigidos às mulheres, em especial às chefes de família, para facilitação da obtenção de microcréditos, da criação de micro-empresas, cooperativas ou outros empreendimentos que lhes permitam auferir rendimentos para uma vida digna.



Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais

Para pessoas com necessidades especiais – tratamento muito especial

A política de atenção às pessoas com necessidades especiais está pautada na garantia de acesso a bens, serviços e espaços urbanos, na educação especial de qualidade, na criação de condições de vida saudável, na viabilização da autonomia e no respeito às diferenças. O compromisso da Prefeitura com as pessoas portadoras de necessidades especiais está expresso em seu Programa de Governo mediante a implementação de ações afirmativas, as iniciativas arquitetônicas e urbanísticas que asseguram a acessibilidade e mobilidade e na garantia da política de inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais em todas as ações governamentais dos diferentes órgãos públicos. Para tanto, vamos:

- a) reestruturar o Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência e fortalecer a Assessoria Especial do Portador de Deficiência;
- b) implantar um programa de capacitação e especialização de técnicos e agentes sociais em acessibilidade, para promover ações educativas, orientar e fiscalizar para o cumprimento das leis e das políticas de acessibilidade;
- c) **garantir que o sistema viário e transporte coletivo** conte com calçadas apropriadas, ônibus adaptados, terminais sem barreiras arquitetônicas, facilitando o uso de portadores de necessidades especiais, bem como haja a melhoria, imediata, do SITES, com aumento da frota de ônibus adaptados, readequação e otimização das linhas, qualificação para as atendentes e a revitalização e ampliação do Terminal do Cristo Rei;
- d) **na cultura**, além de garantir o acesso a todos os espaços como museus, cinemas, teatros serão incentivadas as produções artísticas dos portadores de necessidades especiais;
- e) **na geração de trabalho e renda** serão implementados programas de qualificação de pessoas portadoras de necessidades especiais para o mercado e incentivo ao uso da lei de cotas pelas empresas;
- f) **na educação** serão realizadas ações com vistas à inclusão efetiva e bem cuidada dos portadores de necessidades especiais nas Escolas e CEMEIs, tanto no aspecto físico como no pedagógico, ficando o atendimento especializado e a escolarização dos alunos que demandam apoio especializado mais intenso;
- g) **no esporte e lazer**, ofertar modalidades esportivas para as pessoas com necessidades especiais nos equipamentos públicos, com acompanhamento de professores especializados, dentro do programa Bairro Legal – Vida Nova nos Bairros; incluir os atletas portadores de deficiência nos eventos esportivos promovidos pela Prefeitura e construir um ginásio de esporte para a prática de paraesporte de qualidade e para o aprimoramento dos paraesportistas;
- h) **na saúde**, para o sistema se consolidar como universal haverá um programa específico de inclusão no atendimento e tratamento especializado, quando for o caso;
- i) **efetivar a inclusão digital** das pessoas com necessidades especiais mediante a construção de telecentros com acessibilidade e linhas de crédito para a compra de equipamentos para pessoas com necessidades especiais, por particulares e empresas.



Melhor Idade

As pessoas da melhor idade em Curitiba terão vez, voz, espaço, atenção, carinho, respeito e valor.

Tratar bem as pessoas que percorreram boa parte de sua jornada é, além de obrigação social, um compromisso público da Prefeitura na gestão do Vanhoni e Nizan. É possível envelhecer com dignidade, com saúde, com vitalidade e com participação social ativa. Para que isso ocorra, vamos desenvolver um programa voltado para as pessoas da melhor idade que promova sua autonomia, independência e emancipação, atenda suas necessidades especiais de saúde, lazer, cultura e trabalho e, principalmente, valorize sua participação social. Para efetivar esses objetivos, vamos:

- a) implantar os Clubes da Tarde – “Um projeto de vida para os da melhor idade” como forma de garantir a atenção integral à pessoa da melhor idade, com moradia individualizada, área coletiva para atividades de trabalho, oficinas de produção, lazer, reuniões de grupos e atendimento médico especializado, em duas modalidades: uma integral, que contemple moradia, e outra parcial, com as atividades laborativas, culturais, de lazer e de convívio social;
- b) atendimento de saúde integrado à Rede de Unidades de Saúde, com atenção diferenciada e na própria região de moradia para demandas rotineiras, com qualificação das equipes da Saúde da Família para atender às pessoas da melhor idade com tratamento preferencial, com inclusão nos Centros de Especialidades com especialistas nas áreas mais demandadas pela melhor idade, como: cardiologista, fisioterapeuta, nutricionista, e, principalmente, gerontologista, com organização de grupos da melhor idade nas Unidades de Saúde e instituições para desenvolver atividades de educação, prevenção e tratamento de doenças na melhor idade;
- c) implantação da Escola de Experientes nas unidades escolares e nos programas Bairro Legal – Vida Nova nos Bairros, na qual as pessoas da melhor idade poderão ensinar e aprender;
- d) facilitação para geração de trabalho e renda, mediante oferta de formação técnica e gerencial para que possam empreender seus próprios negócios, sensibilização de empresários para a prática de responsabilidade social, para criarem vagas de trabalho específicas para a melhor idade;
- e) intermediação para a colocação das pessoas da melhor idade nas empresas responsáveis socialmente;
- f) atividades de cultura, esporte e lazer como fonte de vida para a melhor idade, mediante: garantia de espaços apropriados em toda a cidade próximos à moradia para caminhadas, exercício físico, prática de esporte e convívio social, e realização de eventos esportivos, artísticos e culturais - como festivais, torneios, campeonatos, exposições, utilizando os Centros Esportivos, Parques e Praças, Teatros, Bibliotecas;
- g) incentivo a programas de ação voluntária, organizando atividades na área de educação, prevenção, organização local, coordenadas e integradas por pessoas da melhor idade;
- h) criação do programa de Alfabetização e Inclusão Digital da melhor idade, em diferentes espaços da cidade, como escolas, liceus, bibliotecas e outros equipamentos sociais.



Juventude

A força da juventude mobilizada para a realização de seus sonhos individuais e coletivos

Não existe uma juventude uniforme, mas sim várias juventudes. Precisamos de políticas públicas que dêem conta da diversidade e heterogeneidade que compõem o mundo jovem. É neste momento da vida que as inquietações frente ao futuro surgem com maior intensidade, adquirindo um caráter de urgência, uma vez que orientam as grandes escolhas de suas vidas. É na juventude que estamos abertos para o novo e para a transformação. Por tudo isso, é preciso que a Prefeitura volte sua atenção para apoiar a mobilização dos jovens na construção de seu futuro e da sua cidadania, como também na construção de uma sociedade mais humana, fraterna e igualitária. Para efetivar esses objetivos, vamos:

- a) promover um grande Congresso da Juventude Curitibana para discutir e aprovar um Plano de Trabalho para os próximos quatro anos;
- b) criar a Coordenadoria Municipal de Políticas para a Juventude, que fará a ligação dos movimentos sociais da juventude com a administração municipal e será responsável pela articulação das políticas públicas municipais para a juventude;
- c) implantar o Programa Bom Negócio para Jovens Empreendedores, com redução de ISS e de exigências burocráticas para a criação de novas empresas, apoio à organização de cooperativas e incubadoras de empresas para os jovens e viabilização de microcrédito;
- d) ampliar estágio universitário remunerado para atuar na Prefeitura;
- e) criar a Escola de Profissões em parceria com entidades empresariais, educacionais e “Sistema S”;
- f) implantar Telecentros para a juventude;
- g) Centros Integrados de Cultura, Esporte e Lazer com atividades sistemáticas, apoio à produção de filmes, vídeos e publicações literárias, promoção de eventos, realização de festival anual de música, circuitos artísticos nos bairros;
- h) construir Ginásio de Esportes Radicais;
- i) ampliar o passe escolar para estudantes das escolas públicas;
- j) implantar o Programa de Saúde Preventiva na área de doenças sexualmente transmissíveis, gravidez, males do álcool, cigarros e outras drogas e acidentes de trânsito.

Criança e Adolescente

Uma política de defesa de direito, atenção e proteção a todas as crianças e adolescentes de Curitiba.

As ações públicas para a infância e adolescência a serem implementadas pela Prefeitura efetivarão uma política de direito que considera “em situação de risco” qualquer criança ou adolescente que tenha seus direitos violados independentemente da situação socioeconômica, que integra e se articula com as demais políticas públicas, com o terceiro setor e com as forças produtivas na busca de soluções conjuntas, que trata a criança e o adolescente como sujeitos ativos na construção de sua própria cidadania e estimula a solidariedade entre jovens, criando um movimento cultural em defesa dos direitos da infância e juventude, e que fortalece a consciência cidadã, a responsabilidade social e o compromisso com nossas crianças e jovens. Para efetivar esses objetivos, vamos:



- a) fortalecer e apoiar os Conselhos Tutelares, mediante a garantia de infraestrutura adequada, reforço da equipe de trabalho e capacitação para seu pleno funcionamento, buscando a universalização do atendimento às violações de direitos;
- b) criar Fóruns locais da Juventude, a serem dirigidos por jovens eleitos em seus bairros, incentivando a participação de todas as organizações públicas e privadas e a solidariedade entre a juventude;
- c) criar um serviço que garanta a orientação e o atendimento jurídico a crianças e jovens do município em causas que não envolvem o ato infracional por parte do adolescente;
- d) criar um Centro de Excelência para o atendimento psicossocial a crianças e jovens, com funcionamento de 24h, incorporando e integrando diferentes serviços de denúncias, de orientação e atendimento a crianças adolescentes e familiares, de acolhimento e acompanhamento da população em situação de violência sexual, de mobilização e responsabilização e de pesquisa, entre outros;
- e) desenvolver uma política de atenção integral a crianças e jovens de rua, de abrigo seguro e humanizador, bem como de enfrentamento a exploração sexual de crianças e jovens em nossa cidade;
- f) viabilizar espaços educativos para o cumprimento de medidas socioeducativas por parte do adolescente em conflito com a lei;
- g) efetivar um programa de “turismo juvenil”, em parceria com a área do turismo, com a Fundação Cultural e com o Governo do Estado para possibilitar o acesso aos espaços culturais e de lazer da cidade e o intercâmbio escolar com outras cidades do Paraná;
- h) criar o Portal da Juventude, garantindo o acesso a informação de interesse dos jovens, democratizando o conhecimento e possibilitando a inclusão digital;
- i) ampliar as atividades dos “Liceus de Ofício” para a faixa etária a partir de 14 anos, garantindo o acesso aos cursos mediante recursos para transporte, e apoiar programas nos moldes da “Guarda-mirim”.

Diversidade humana e social

O reconhecimento, o direito e o respeito às diferenças

A administração popular terá uma postura ativa no combate ao preconceito, no tratamento discriminatório e na violência contra qualquer expressão da diversidade, seja de etnias (em particular afrodescendentes), de opção religiosa, de origem regional ou de orientação sexual (gays, lésbicas e transgêneros). Serão implementadas ações afirmativas nas diversas políticas públicas, visando à defesa dos direitos humanos, o respeito à diversidade dos sujeitos sociais e a igualdade de oportunidades para todos. Para efetivar esses objetivos, vamos:

- a) criar o Conselho Municipal de Direitos Humanos, com formação paritária entre governo e sociedade, incluindo em sua composição entidades representativas de afrodescendentes, gays, lésbicas, transgêneros;
- b) constituir uma assessoria municipal de direitos humanos para coordenar e promover a discussão, formulação e execução de políticas públicas multisetoriais e transversais voltadas para a garantia dos direitos e o tratamento igualitário entre as pessoas;
- c) implantar o “Balcão de Direitos” para atender vítimas de preconceito e discriminação, receber denúncias e encaminhar medidas que evitem a repetição da situação;



- d) apoiar as ONGs que realizam o trabalho de assistência e atenção às minorias e pessoas discriminadas;
- c) constituir o Centro de Referência para a Diversidade (em particular os afrodescendentes, gays, lésbicas, transgêneros), com atendimento psicológico, jurídico e de assistência para vítimas da discriminação;
- e) garantir uma abordagem adequada para as questões de gênero nos currículos das escolas municipais, na qualificação do corpo docente, na revisão e escolha de livros didáticos e outros materiais e na prática pedagógica da sala de aula, bem como em outros espaços e atividades educacionais, desenvolvendo assim uma educação inclusiva e não-discriminatória;
- f) promover campanhas e eventos para a mudança cultural da sociedade, com vistas à aceitação da diversidade e à eliminação de qualquer forma de preconceito e discriminação;
- g) garantir a representação dos grupos étnicos em todas as campanhas e atividades de comunicação da administração municipal;
- h) qualificar os servidores públicos, em especial professores e guardas municipais, para tratar da diversidade (em particular os afrodescendentes, gays, lésbicas e transgêneros) com igualdade, respeito e base na legislação em vigor;
- i) incentivar a produção cultural e a preservação da memória dos afrodescendentes e estabelecer programas de valorização desta população na formação histórico-cultural brasileira;
- j) sancionar lei municipal proibindo e punindo qualquer tipo de discriminação baseada na orientação sexual, sobretudo contra bissexuais e homossexuais, em espaços e equipamentos públicos e em estabelecimentos privados.

Desenvolvimento Econômico e Infra-Estrutura

Integração com os governos estadual e federal

Vamos fazer uma administração dinâmica, empreendedora e voltada para o futuro, capaz de atrair empresas e financiamentos, sem desvincular do atendimento às necessidades sociais, às políticas de geração de trabalho e renda e ao fomento das propostas de apoio à pequena e micro-empresa e de economia solidária. Queremos criar um ambiente produtivo, marcado pela qualificação, pelo dinamismo, pelo empreendedorismo e pela inovação tecnológica, que agregue valor aos produtos locais, aos originários de outras regiões e mesmo aos que sejam montados na cidade e reexportados. Para efetivar esses objetivos, vamos:

- a) combinar as ações de prospecção de mercado e captação de investimentos;
- b) constituir um espaço econômico auto-sustentado, com dinâmica própria e que não resulte de negociatas e concessões e num contexto de guerra fiscal;
- c) ampliar a capacidade das cadeias e arranjos produtivos locais de Curitiba e Região Metropolitana, aumentando a qualidade sistêmica, combinando infra-estrutura (energia, transporte, saneamento, etc.), com recursos humanos qualificados;
- d) constituir uma grande base logística para o Brasil e o Mercosul, com infra-estrutura da região e integração rodoviária, portuária e aeroportuária.



Região Metropolitana

Integração com respeito mútuo

Curitiba não pode e nem deve prescindir de construir o planejamento de seu futuro sem os municípios vizinhos. É preciso estabelecer parcerias, consórcios e fóruns para integrar as ações públicas, assim como propor políticas econômicas e sociais comuns que aumentem a sinergia da região. Para efetivar esses objetivos, vamos:

- a) estabelecer articulação com as prefeituras para construir propostas bilaterais e consórcios para integrar as políticas públicas e os serviços sociais;
- b) ampliar o turismo em Curitiba, aumentando a permanência do turista e expandindo o turismo rural, ecológico e de aventura da Região Metropolitana;
- c) fazer com que o sistema de compra da prefeitura garanta uma cota para fornecedores instalados nos bairros de Curitiba e nas cidades circunvizinhas;
- d) adquirir parte das compras para a merenda escolar, para os programas de abastecimento e feiras em propriedades familiares e de produção orgânica da Região Metropolitana como forma de manter as propriedades rurais com renda e qualidade de vida e preservar o meio ambiente;
- e) integrar as políticas de qualificação profissional do serviço público compartilhando os cursos de formação para professores, agentes de saúde e outros profissionais do serviço público;
- f) constituir um programa habitacional e um programa de segurança comum para toda a Região Metropolitana.

Funcionalismo Público

Trabalhando em parceria

Os servidores serão parceiros da gestão. Todas as reformas, inovações e avanços que pretendemos são também os desejos de muitos funcionários públicos municipais. Eles terão participação efetiva na definição dos programas de governo e em sua execução. Logo, é preciso dar ao corpo de funcionários da Prefeitura de Curitiba não apenas qualificação, mas também planos de carreira e vencimentos adequados. Para efetivar esses objetivos vamos:

- a) resgatar a dignidade do funcionário público municipal, estabelecendo uma relação de respeito e diálogo;
- b) garantir a participação dos servidores nas decisões importantes das políticas públicas, da vida da prefeitura, do destino da cidade e da política de pessoal;
- c) adotar uma política de remuneração justa, equilibrada e negociada, estabelecendo processos para a recuperação da defasagem salarial e regulamentando o contrato coletivo de trabalho, e instituir uma mesa permanente de negociação;
- d) manter um quadro de pessoal suficiente e preparado para a prestação de serviços públicos de qualidade, retomando o caráter público da administração;
- e) garantir para todos a qualificação profissional abrangente, articulada, integral e integrada e ainda, oportunidades de avanço na escolaridade;
- f) melhorar as condições de trabalho com adequação dos prédios, mobiliários e equipamentos; ampliação do acesso à informática; programa de saúde do trabalhador e de segurança no trabalho;



g) renovar, em conjunto com os servidores, os processos de trabalho com foco na qualidade do serviço prestado, interesse público e respeito ao usuário.

Gestão, Orçamento e Planejamento

Controle social da gestão, com prioridades definidas pela população

A cidade precisa ser pensada, vivida e feita pelo conjunto de seus habitantes, e o planejamento deve contemplar aquilo que é realmente prioritário, essencial, para que todos possam ter uma vida digna, confortável, segura e feliz. A gestão democrática, participativa e transparente dos serviços, políticas e recursos públicos é condição necessária para a resolução de problemas e estabelecimento de prioridades sociais, assim como todos os grandes projetos da cidade serão discutidos de forma transparente com a população. Para efetivar esses objetivos, vamos:

- a) promover o fortalecimento das administrações regionais - com *status* de representação municipal na região; dotadas de recursos humanos, técnicos, orçamentários e autonomia de gestão;
- b) criação de Conselhos Comunitários Regionais, com realização de Conferências Integradas das Políticas Públicas em quatro etapas: nas localidades, nos bairros, nas regionais e na cidade;
- c) implantação do Orçamento Participativo, priorizando obras, programas, projetos e ações, a partir das necessidades e desejos da população, negociados entre os interessados e tendo a mediação feita entre as prioridades locais da comunidade e as prioridades gerais da cidade;
- d) implantação da Ouvidoria da Cidade de Curitiba e Conselhos de Usuários;
- e) implantação de um sistema de avaliação qualitativa dos serviços prestados pela prefeitura, incluindo a medição do padrão de qualidade e da satisfação dos cidadãos;
- f) planejamento descentralizado com consulta popular, viabilizando uma visão integrada dos problemas e soluções para as diferentes regiões da cidade.



